

O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar*

*Iomar Barbosa Zaia***

Resumo:

O texto tem como proposta principal apresentar algumas questões relacionadas ao tratamento de arquivos educacionais históricos dentro das instituições de ensino no que diz respeito ao acesso à informação para o desenvolvimento de pesquisas. Entende-se que, para além das práticas de pesquisa, há também as práticas do arquivo que relacionam preocupações quanto à preservação do suporte documental, sua organização e seu acesso. O tratamento, neste texto, dessas questões toma como base as experiências acumuladas na participação em três projetos organizados por docentes da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) como pesquisadores do Centro de Memória da Educação (CME-FEUSP), ao longo de quase uma década.

EDUCAÇÃO; MEMÓRIA; ARQUIVOS ESCOLARES.

* Este texto tem por base as duas oficinas realizadas entre 26 e 28 de julho no 1º Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).

** Arquivista do Centro de Memória da Educação (FEUSP) e doutoranda em história da educação pela FEUSP, área de história e historiografia da educação, subárea de arquivos escolares.

The place of permanent archives into the center of memory of the schooler*

*Iomar Barbosa Zaia***

Abstract:

The text has as main proposal to present some questions related with the treatment of historical educational archives inside of the education institutions in that it says respect to the access to the information by the development of researches. One understands that, for beyond the practical ones of research also has the practical ones of the archive that relates concerns about the preservation of the documentary support, its organization and its access. The treatment, in the present text of these questions takes as base the experiences accumulated in the participation in three projects organized for professors of the College of Education of the University of São Paulo (FEUSP) as researchers of the Center of Memory of the Education (CME-FEUSP), throughout almost one decade. *EDUCATION; MEMORY SCHOOL; ARCHIVES.*

* Este texto tem por base as duas oficinas realizadas entre 26 e 28 de julho no 1º Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).

** Arquivista do Centro de Memória da Educação (FEUSP) e doutoranda em história da educação pela FEUSP, área de história e historiografia da educação, subárea de arquivos escolares.

A pesquisa atual em história da educação tem levado muitos pesquisadores para dentro de instituições de ensino com a finalidade de levantar nos arquivos escolares informações sobre, entre outros propósitos, seu funcionamento interno, as relações que estabelece com a comunidade local (quer seja com o bairro ou com a cidade) e suas relações com o estado.

Objetivando encontrar informações que auxiliem no desenvolvimento de seus projetos individuais ou ainda na ausência de recursos, muitas vezes passam despercebidas para os pesquisadores questões básicas relacionadas à conservação do arquivo, sua organização e o acesso à informação.

Com base na experiência acumulada no trabalho de organização de arquivos do Centro de Memória da Educação Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP) e na participação em três projetos que privilegiaram a organização de arquivos escolares, dividi este texto em três partes: a primeira discorre sobre os projetos que viabilizaram a organização dos arquivos escolares; a segunda, aprovada a organização do arquivo escolar, relaciona-se à escolha do espaço que abrigará os documentos encontrados, ou seja, a organização de Centros de Memória dentro de escolas e o acesso a eles; e a terceira, a necessidade e os cuidados em organizar arquivos históricos/permanentes dentro do Centro de Memória Escolar, atentando para as diferenças existentes entre a organização desse centro e um arquivo histórico no que diz respeito ao permanente diálogo com as áreas da informação.

Os projetos

Foram três os projetos desenvolvidos por docentes da FEUSP que dão subsídio à reflexão que segue: a) “Pesquisa sobre o ensino público profissionalizante no estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico espaciais-regionais”; b) “Preservando a memória do ensino público paulista: a organização do Centro de Memória da Escola de Aplicação (1959-1999)”; e c) “Lugares de memória: parceria entre o CEFAM de Santo André e o CME-FEUSP”.

O primeiro projeto¹, “Pesquisa sobre o ensino público profissionalizante no estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico espaciais-regionais”, teve como objetivo principal realizar a guarda da documentação que se encontrava nas escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo.

A idéia surgiu da preocupação com a documentação que havia servido de base para as pesquisas de doutoramento da professora doutora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, que, com apoio do CME-FEUSP e do CEETPS, elaborou um projeto que foi enviado à FAPESP em 1997 e aprovado em 1998.

A princípio, nove escolas foram escolhidas para participar do projeto². Parte dos professores e alunos de cada uma das escolas foram convidados a envolver-se com as atividades propostas, que foram: fazer o levantamento da documentação, localizando-a dentro e fora da escola; participação em oficinas de conservação preventiva dos documentos (higienização e acondicionamento); e conceituação arquivística (apresentação da terminologia básica, bem como dos princípios e correntes de pensamento); avaliação; e discussão do melhor espaço dentro da escola que poderia abrigar os arquivos.

A quantidade de documentação encontrada, a participação efetiva dos professores, a credibilidade do projeto junto à direção da escola e a divulgação do trabalho entre os membros da comunidade escolar e local foram fatores importantes para o desenvolvimento do projeto e o desempenho das atividades em cada escola. O projeto foi encerrado em dezembro de 2001 e teve, como produto final, a publicação de dois instrumentos de pesquisa³.

-
1. A pesquisa foi realizada com parceria do Centro Estadual de Educação Tecnológica aula Souza (CEETEPS), apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e desenvolveu-se entre 1998 e 2002.
 2. Escolas técnicas oficiais escolhidas entre as mais antigas do estado de São Paulo, duas na capital e sete no interior (Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, duas em Santos, Sorocaba).
 3. Trata-se de um álbum de fotografias recolhidas em cada uma das escolas e um inventário sintético de fontes. Ver: Moraes e Alves (2002a, 2002b).

O segundo projeto, “Preservando a memória do ensino público paulista: a organização do Centro de Memória da Escola de Aplicação (1959-1999)”, sob orientação da professora doutora Diana Gonçalves Vidal, desenvolveu-se ao longo de quatro anos (2000-2003)⁴ com o mesmo objetivo do anterior: promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica, por meio da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico, bem como a organização de um Centro de Memória Escolar. Além disso, conseguiu ampliar as discussões sobre as atividades pedagógicas para a educação fundamental e proporcionar o trabalho com alunos menores, estimulando-os à pesquisa.

Em um segundo momento, o Centro de Memória da Escola de Aplicação foi aberto para estágio com alunos da pedagogia, licenciatura da FEUSP e do ensino médio, bem como estreitou laços com a equipe de funcionários da secretaria da escola em uma co-responsabilidade na organização e no acesso rápido às informações do arquivo. O projeto encerrou suas atividades em 2003 com três publicações⁵, contudo suas atividades seguem seu curso com apoio da equipe de funcionários, com o trabalho de bolsistas do Centro de Memória da Educação e, sobretudo, com o desenvolvimento de estágios dos alunos de cursos da licenciatura, cooperando para a continuidade da organização do arquivo.

O terceiro projeto, “Lugares de memória: parceria entre o CEFAM de Santo André e o CME-FEUSP, desenvolveu-se entre agosto de 2003 e julho de 2004 e teve um começo bastante inusitado, pois se originou a partir do momento em que três professoras do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) participaram, na qualidade de alunas especiais, do curso de introdução aos estudos da educa-

-
4. O projeto também recebeu apoio financeiro da FAPESP, além de recursos de projetos da Pró-Reitoria de Cultura e do Fundo de Cultura e Extensão.
 5. A primeira é referente a uma agenda escolar com fotografias encontradas no arquivo e passagens da história da escola; o segundo, um manual sobre conservação preventiva (higienização e acondicionamento); e o terceiro, um CD-ROM com banco de imagens, instrumentos de trabalho e instrumentos de pesquisa. Ver: Zaia (2004) e Zaia e Moreira (2004).

ção na licenciatura da FEUSP. O empenho e a satisfação do grupo por ter conseguido transpor os muros da universidade acabou despertando o interesse do CME-FEUSP no sentido de pensar uma parceria entre eles.

Havia muito interesse sobre a USP, por parte dos alunos do CEFAM. Repetidas vezes essas professoras contavam, em meio às discussões no curso de licenciatura, os comentários feitos por seus alunos no CEFAM de Santo André: “Professora, como é a USP?”, “É grande lá dentro?”. Vista apenas como um local cercado próximo à margem do rio Pinheiros, a USP é tida como de pouco acesso àqueles que não tiveram condições de passar no vestibular ou que nunca haviam pensado na possibilidade de se candidatar.

Tal envolvimento levou a equipe do CME-FEUSP a buscar meios de levar os alunos do terceiro e do quarto anos de magistério para conhecer a Faculdade de Educação. A alternativa encontrada foi proporcionar-lhes a oportunidade de cumprir parte do seu estágio curricular obrigatório dentro de espaços de “memória” vinculados à Faculdade de Educação: o Centro de Memória e Documentação da Escola de Aplicação, o Museu da Educação e do Brinquedo, o Laboratório de Brinquedos e Materiais Pedagógicos, além da biblioteca e no próprio CME-FEUSP.

Foram selecionados 72 alunos, entre mais de 370 interessados, que passaram por oficinas de formação e assistiram a palestras antes de desenvolverem projetos de pesquisa em cada um dos locais.

Eles documentaram as atividades educacionais realizadas, promoveram discussões de textos, entrevistas e pesquisas pela internet e apresentaram todas as informações acumuladas em uma palestra na Semana de Educação da FEUSP. Esse foi um fato inédito, visto que esse evento só contava com a participação de alunos bolsistas da graduação ou pós-graduandos. Outro resultado desse estágio foi a organização, realizada pelos próprios alunos e as três professoras, de uma exposição com documentos do arquivo do CEFAM. Essa exposição teve a finalidade de investigar as origens e a história da própria escola que seria fechada no final de 2003.

O centro de memória dentro da escola

[...] não apenas as tradicionais fontes legais e estatísticas vêm sendo revisitadas, como uma parcela consistente dos investigadores da área, individual e coletivamente, tem se lançado ao desafio de ampliar a massa documental à disposição do campo, o que em alguns casos vem conduzindo à constituição de Centros de Memória e Documentação [...].

VIDAL, 2004

Na organização de um centro de memória escolar foi necessário compreender que para sua execução é preciso atentar para três questões essenciais: a) qual documentação pretende-se recolher? – procurando com isso definir o “lugar” de guarda; b) como envolver a comunidade escolar nesse trabalho? – questão definida como a “conquista”; c) quais são as atividades desse espaço? – pensando nesse momento em dois conjuntos de operações que relacionam *atividades de trabalho* e *atividades de pesquisa* e que serão mais bem explicitados na terceira parte deste texto.

Pensou-se em reunir documentos de diferentes suportes, formatos e tipos documentais recolhidos no “arquivo morto”⁶ da escola, bem como recebidos por meio de doação (ou permuta), que foram ou são acumulados durante o desenvolvimento de projetos de pesquisa e recebidos por ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos. Dessa maneira, pretendeu-se acumular em um único espaço toda a sorte de informação relaciona-

6. Entende-se por “arquivo morto” de uma escola todos os documentos acumulados de forma aleatória em diferentes espaços da instituição. Esses documentos frequentemente podem ser encontrados na biblioteca (quando a instituição possui uma), em quartos de depósito de materiais de limpeza, em “vãos” de escadas, dentro de caixas em “cantos” da sala de materiais utilizados em aulas de educação física, fanfarra e até mesmo em banheiros desativados.

da à instituição de ensino independentemente de sua origem⁷, de seu tipo⁸ e de seu suporte⁹.

Se tal operação por um lado facilita o trabalho dos pesquisadores, que poderão encontrar reunidas, em um só lugar, informações valiosas para a realização de seus trabalhos, por outro, a reunião desses materiais sobrepõe atividades que são de diferentes áreas, pois a problemática não está apenas na reunião dos materiais, mas sobretudo na falta de critérios para tal atividade.

Ao reunir documentos do arquivo, livros, peças do mobiliário e, em um momento posterior, organizar base de dados referenciais da documentação acumulada é fundamental ter clareza das diferenças de tratamento de cada um dos materiais recolhidos dentro da escola, atentando para as práticas específicas de cada uma das áreas envolvidas quer seja de biblioteca, museu, arquivo ou centro de documentação.

Considerando o discurso dentro das preocupações em história da educação, Hilsdorf (1999), ao expor como trabalhou com a série *Offícios diversos da capital* do Arquivo do Estado, relata seu empenho, desde a década de 1970, na continuidade de uma linha de investigação que tem como objetivo a localização e a utilização de novas fontes documentais para a pesquisa em história da educação.

Ao citar Frostick (1993) e ao descrever as atividades de organização do projeto do Museu Vivo da Escola Primária em Portugal no artigo “A história e seus registros: o museu como registro”, Felgueiras (2000) também fala da importância de possuímos não somente o caderno escolar, mas também a carteira onde as crianças sentavam de maneira que seja possível recuperar não só uma forma de interpretação, mas várias. Felgueiras (2000, p. 83) aponta que:

-
7. A origem da informação pode ser, como já vimos, por meio de compra, doação, permuta ou passagem natural. Esta última é entendida como resultado natural das atividades e funções da própria instituição, pois representa, de maneira geral, o que podemos encontrar no “arquivo morto” da escola.
 8. O tipo documental deverá ser entendido exatamente como é definido pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996): “[...] configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou [...]”.
 9. O suporte documental é, ainda segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), “material sobre o qual as informações são geradas”.

[...] em exposições sobre história social da educação, Elizabeth Frostick considera-se que se pode criar um efeito de mais proximidade se se usar relatórios escolares, livros de exercícios, ao lado de outros objetos. Ler nomes, em especial, escritos em documentos familiares, aumenta a imediaticidade. Torna-os reais.

Julia (2001, p. 17) e Certeau (1982, p. 43), ao discorrerem sobre as práticas do historiador, afirmam que todo e qualquer objeto serve à pesquisa histórica. De acordo com o primeiro, o “historiador faz flecha com qualquer madeira” e, para o segundo, “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra forma”.

As idéias dos autores possuem um duplo significado para o trabalho que foi desenvolvido nos arquivos escolares de nossos projetos: por um lado, servem como base para ampliação dos objetos da investigação e, portanto, corroboram com a ampliação dos usos do objeto dentro do acervo escolar, transformando tudo em documento significativo para a pesquisa em história da educação, independentemente do seu formato, tipo e suporte; por outro, de não menor importância, essas idéias instigaram-nos a pensar sobre o desenvolvimento de procedimentos avaliativos da massa documental encontrada nas escolas, pois se não se pode guardar tudo, é possível, desde que estabelecidos critérios de conservação e eliminação, manter de forma mais adequada e acessível à pesquisa aqueles documentos esquecidos nos “cantos” da instituição.

Em relação à biblioteca, Belotto (1986, p. 3) diz “tratar-se de instituição responsável pela reunião por compra, doação ou permuta, de documentos múltiplos, produzidos por fontes múltiplas e resultantes de atividades, pesquisa ou criação artística, técnica ou científica, com fins culturais”. Na maioria das escolas, não encontramos bibliotecas organizadas, mas apenas “amontoados de livros” que correspondem ao que restou da biblioteca escolar. Em todos os projetos, procuramos desenvolver, com auxílio de bibliotecárias, atividades de mutirão para higienização e tombamento dos livros, organizando-os tanto fisicamente como em base de dados, possibilitando, embora de forma precária, o acesso à informação.

A diferença da biblioteca para o arquivo, segundo essa mesma autora (idem, ibidem), é que nele se reúnem “documentos, por passagem natu-

ral, oriundos de uma só fonte geradora, e, em geral, constituídos em exemplar único, congregados em séries ou em grupos”. Esse conjunto documental, em contexto escolar, corresponde ao arquivo morto da escola. Nesse caso, a nossa experiência dentro da escola foi mais intensa, por tratar-se da área com a qual mais dialogamos ao longo de todas as atividades e que, neste texto, ganhou espaço de discussão em sua terceira parte.

Quanto ao museu, no entendimento de Felgueiras (2000, p. 83):

[...] ao caráter de “registro” que o objeto e o documento escrito possuem, o museu confere-lhes uma outra significação ao expô-lo. Acrescenta-lhe uma leitura segundo determinadas concepções históricas e estéticas, organizada segundo técnicas disponíveis. Propõe uma leitura desses registros no sentido de mostrar a sua evolução e as transformações sociais, que lhe estão na origem.

No contexto da escola, muitas vezes, o centro de memória não possui um museu na sua concepção tradicional, mas pode comportar apenas uma sala de sensibilização onde são expostas peças que foram deixadas na escola ao longo de toda a sua existência e, portanto, são portadoras de informações que, somadas aos documentos, contribuem para a constituição da memória institucional. O importante é frisar a função social e educativa do museu/sala de sensibilização em contexto escolar.

Assim, a escolha da organização de um centro de memória nas escolas possibilitou a organização de coleções provenientes de pesquisa ou recolhidas por meio de doações, jamais possíveis apenas com a organização do arquivo permanente/histórico. Procurou, também, recolher peças do mobiliário da escola ou doadas por ex-alunos e ex-funcionários com a intenção, para além da problemática que envolve o alargamento do conceito de documento arquivístico, que toma como base à diversidade de suporte no qual foi gerado¹⁰.

Portanto, no centro de memória escolar, atentou-se para a guarda dos documentos independentemente de suas características particulares, porém relacionados com a história institucional e respeitando os pra-

10. Sobre esse assunto, ver: Barleta (2005).

zos previstos na legislação de guarda documental. Além disso, buscou-se a reunião de todos esses materiais, “aconselhando-se” sempre, para sua organização, com as outras áreas envolvidas oferecendo para a comunidade escolar um novo espaço que favorece o desenvolvimento de atividades pedagógicas como foi o caso do projeto da Escola de Aplicação.

Depois de definido o “lugar” gerenciador do conjunto documental, parte-se para a *conquista*, ou seja, a sensibilização da comunidade escolar para o desenvolvimento desse novo “empreendimento”. É preciso chamar a atenção da direção da escola, dos professores, dos funcionários, dos pais e alunos sobre a importância de organizar o centro de memória dentro da escola. Optamos, no CME-FEUSP, por chamar de *sensibilização* essa primeira etapa do processo de organização do centro de memória escolar. Nela, o grupo proponente da organização elabora a forma como pretende envolver a comunidade: ele poderá organizar exposições temporárias no pátio da escola, utilizando documentos encontrados na escola que, no cotidiano, não despertaram nenhuma curiosidade nos alunos, funcionários e professores, mas que na exposição ganharam um significado dentro da escola.

Essa etapa ainda possibilita a organização de concursos entre os alunos para elaboração de logomarcas para o centro de memória, palestras para a divulgação dos objetivos e finalidades do trabalho com os documentos.

Após a sensibilização, quando possível no espaço disponibilizado, espera-se que ele seja subdividido em diversos setores que simbolizem a organização das atividades, assim entendidos: sala de consulta, sala para higienização e acondicionamento, reserva técnica, arquivo intermediário, depósito temporário, arquivo permanente.

A sala de consulta corresponde ao espaço destinado à pesquisa, bem como onde podem ser feitos os trabalhos de sensibilização da comunidade escolar por meio de exposições de trabalhos, *workshops* e atividades pedagógicas com alunos e estagiários. Presta-se, também, a exposição de peças e fotografias que, no trabalho de levantamento do acervo, forem sendo encontradas, bem como para a realização de entrevistas com ex-funcionários e ex-alunos.

As atividades de higienização e acondicionamento acontecem em uma sala escolhida para elas. A necessidade de separar sala de consulta e sala de atividades técnicas para a guarda e conservação de arquivos

justifica-se por localizar no espaço os papéis que o aluno da instituição escolar pode desenvolver dentro do centro de memória da escola.

Assim, de acordo com o papel desenvolvido, ele saberá *a priori* onde deve permanecer. Se estiver acompanhado dos colegas de sala e de um professor responsável, ele poderá ultrapassar o espaço definido para a sala de consulta, pois está ali para auxiliar no tratamento do arquivo, portanto, como auxiliar do trabalho técnico de guarda e preservação do acervo. Porém, se sozinho ou com poucos amigos, saberá que, na qualidade de pesquisador, não poderá ultrapassar o espaço da sala de consulta e deverá solicitar à pessoa responsável o documento que deseja consultar.

Quanto à reserva técnica, trata-se de espaço destinado à guarda dos materiais de consumo e apoio às atividades (trinchas, borrachas, papéis de pH neutro, entre outros). Já o arquivo intermediário tem como finalidade a guarda da documentação que não prescreveu os prazos previstos pela tabela, podendo ser consultada a qualquer momento e ficando restrito à secretaria da escola, bem como ao espaço destinado ao depósito temporário e ao arquivo permanente. O primeiro, depósito temporário, sinaliza a presença de documentos que foram selecionados e destinados à eliminação, mas em decorrência do cumprimento dos prazos aguardam sua prescrição; o segundo, arquivo permanente, trata-se do espaço destinado à guarda definitiva e, portanto, só pode ser acessado por responsável pela organização ou secretaria da escola.

Quanto às atividades que podem ser desenvolvidas dentro do centro de memória escolar, destacam-se o conjunto de operações que atendem à secretaria da escola – definida como *atividades de trabalho*; o conjunto de operações – denominadas de *atividades de pesquisa*; e outro conjunto de atividades que privilegiam o trabalho com os alunos e professores – denominadas de *atividades pedagógicas*.

Quanto ao primeiro e ao segundo, veremos como foram desenvolvidos na terceira parte desse texto. Quanto às *atividades pedagógicas*, trata-se das atividades que foram desenvolvidas no Centro de Memória da Escola de Aplicação¹¹.

11. Ver: Uehara (2004).

As atividades foram desenvolvidas com os mais variados grupos de alunos, de diferentes áreas e níveis (ensinos fundamental, médio e superior). Foram desenvolvidas com alunos investigações sobre os espaços escolares, desenvolvimento de acondicionamentos dos documentos, pesquisas na internet, passeios pelos espaços escolares para a análise de fotografias antigas desses espaços encontradas no arquivo.

Além dessas, foram desenvolvidas atividades com estagiários dos cursos de pedagogia da FEUSP e com alunos da licenciatura de outras unidades da USP (todos os anos), com alunos do ensino fundamental e médio da Escola de Aplicação (durante o desenvolvimento das atividades do projeto de organização do centro de memória da escola – 2000/2004); e com alunos do magistério do CEFAM de Santo André (projeto Lugares da Memória – 2003/2004).

O arquivo histórico/permanente dentro do centro de memória escolar

Sendo um universo arqueológico, o fundo de arquivo é, com raras exceções, um desafio que acena com o caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos. Assim, no sentido do desafio e da descoberta, o trabalho de arquivo, especialmente quando se trata de acervos históricos, é invariavelmente fascinante.
(PAES, 2003)

O fascínio do trabalho dentro do arquivo, sua atração (Farge, 1991) alcança a escola. A principal escolha dentro de sua “caixa-preta” (Julia, 2001) é a massa acumulada que persistiu em não desaparecer dos corredores da escola, dos banheiros desativados, do vão embaixo das escadas, dos quartos de limpeza, enfim, de toda sorte de lugares que atrapassem, o menos possível, as atividades diárias de seus funcionários.

São dois aspectos e dois olhares. Os aspectos sempre presentes só foram acordados por causa dos olhares que sobre eles recaíram. O primeiro aspecto diz respeito à responsabilidade atribuída à secretaria da

escola em ser a guardiã (e, portanto, responsável) por todos os papéis que estejam na secretaria ou acumulados em “cantos” da escola. É a secretária que, depois de todas as investidas dos visitantes ou dirigentes, terá que ser consultada ou comunicada de todo tipo de atividades com os documentos escolares.

O segundo aspecto recai sobre o “arquivo morto”, termo comumente utilizado que, dentro da escola, se refere aos muitos espaços em que encontramos documentos acumulados: banheiros desativados, vãos embaixo de escadas, quartos de guarda de materiais de limpeza, dispensas dos refeitórios, salas desativadas próximas à lanchonete, porões, sala de materiais da fanfarra, “cantos” da biblioteca em atividade (ou desativada), entre outros.

Assim, os documentos em *fase corrente* e *fase intermediária*¹² mais comumente são encontrados na secretaria da escola, já a documentação em fase permanente/histórica¹³ será localizada no arquivo morto.

Já os dois olhares¹⁴, que podemos identificar atualmente sobre a documentação dentro da escola, são frutos dos aspectos apontados anteriormente. O primeiro sempre existiu: relaciona-se ao tradicional “amontoado” de documentos em diferentes cantos do espaço escolar, que classifica o acervo como o seu “arquivo morto”, como vimos. Esse olhar ignora as questões para sua conservação e disponibilização, pois mantém na escola os amontoados de documentos apenas para fins legais.

O segundo, mais atual, considera o documento, existente nesses espaços escolares, portador de informações valiosas para a pesquisa his-

12. Os termos *fase corrente* e *fase intermediária*, relacionam-se ao ciclo vital dos documentos que, segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), se referem à sucessão de fases por que passam os documentos: desde o momento em que são criados até a sua destinação final.

13. Também se relaciona ao ciclo vital dos documentos e trata-se da terceira fase em que o documento, após avaliado, será mantido permanentemente para fins de testemunho (pesquisa).

14. Quanto aos olhares sobre o acervo escolar, refiro-me à forma como os pesquisadores, comunidade escolar e órgãos dirigentes têm entendido a massa documental acumulada no interior da instituição de ensino de acordo com as experiências vividas nos projetos apresentados na primeira parte.

tórica, entendimento que se aproxima e tenta transformar o “arquivo morto” em arquivo permanente ou histórico. Porém, na prática da pesquisa, peca ou ignora os fundamentos da ciência da informação no momento em que realiza a ordenação dos documentos para melhor satisfazer as necessidades imediatas e que são relacionadas ao assunto de sua pesquisa.

Quanto ao primeiro olhar, cabe ressaltar que há uma tendência indicando para a sua superação, posto o número significativo de pesquisas que estão em desenvolvimento na área. No entanto, não se extinguirá rapidamente, visto que há ainda muito para se fazer na organização dos arquivos escolares. No entanto, a existência de muitas pesquisas em história da educação relacionadas às análises que transpõem os muros escolares, como evidencia o 1º Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, realizado na FEUSP, entre os dias 26 e 28 de julho de 2005, sob responsabilidade do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE), pelo número de inscritos e de participantes, indica as preocupações dos pesquisadores com algumas questões relacionadas à guarda e ao acesso à informação.

A primeira diz respeito à conservação preventiva dos documentos que soma atividades de higienização e acondicionamento do conjunto documental. No trabalho com as escolas, percebemos que se trata de uma atividade demorada, especialmente na Escola de Aplicação, por envolver crianças menores. Porém, para além de uma atividade técnica, surgiram atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos e professores a partir de indagações de como fazer conservação preventiva com crianças¹⁵.

-
15. Uehara (2004) discorre sobre o trabalho de conservação preventiva com crianças: “A higienização e o acondicionamento de documentos, embora fundamentais para a preservação da memória através da conservação de documentos, não são processos que podem ser considerados simples, ao contrário, são trabalhosos e morosos. Então, como agir? Como trabalhar com alunos que, devido a sua idade, ainda não têm uma construção pronta da causalidade, do tempo ou mesmo do espaço? Como incutir em suas mentes a necessidade de um trabalho cuja importância consistia em preservar o passado visando o futuro? Mais do que isso, como sensibilizá-los para a relevância de uma atividade de caráter social, posto que os desejos infantis os colocavam sempre no caminho do prazer e da satisfação de seus egocentrismos?”

Outra questão se relaciona à organização do arquivo. Superada a idéia de ordenação lógica, aquela de organizar a documentação utilizando critérios próprios relacionados aos objetivos da pesquisa individual¹⁶, o entendimento ocorrerá por meio da compreensão de que a documentação não nasceu com o objetivo de pesquisa, mas sim para atender necessidades de funções e atividades da instituição com fins administrativos e jurídicos, só se tornando histórica depois de um longo prazo.

Assim, inicialmente, essa documentação atende a questões administrativas e jurídicas que, no que respeita a organização do arquivo, gera um conjunto de operações para que ela atenda sua finalidade imediata. Esse conjunto de operações recebeu o nome, nos projetos realizados nas escolas, de *atividades de trabalho*. Além disso, após servirem às atividades e prescritos os prazos, essa documentação tem um valor histórico, o conjunto de operações para que ela atenda da melhor forma possível o pesquisador recebeu o nome de *atividades de pesquisa*.

As atividades de trabalho relacionam-se à confecção de planos de classificação, termos e editais de eliminação, tabelas de temporalidade, listagens de espécies e tipologias documentais, cartas de doação, entre outros. No projeto realizado na Escola de Aplicação, alguns instrumentos foram elaborados ou complementados com base no trabalho realizado pelo Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP).

O primeiro deles foi o plano de classificação que, segundo Couture e Rousseau (1998, p. 146), é um

instrumento que permite aplicar o primeiro grau do princípio da proveniência [...] e respeitar o princípio da universalidade que preconiza que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de forma global [...] antes de passar a outra fase mais detalhada que é a da aplicação do segundo grau do princípio de proveniência [...].

16. Essa “organização” segue sempre um mesmo padrão: começa com o levantamento dos documentos do arquivo, depois avança para uma catalogação segundo sua natureza e, por fim, são ordenados cronologicamente de acordo com os temas que “supostamente” os documentos sugerem.

O princípio de proveniência de que falam os autores subdivide-se em dois aspectos. O primeiro está baseado na atividade intelectual de reconstruir uma representação histórica do funcionamento da instituição ao longo de sua existência, ou seja, da construção dos fundos¹⁷ uns em relação aos outros por meio do resgate das informações contidas em tipos documentais como atas de reuniões da diretoria e regimentos internos. Muitas vezes, as escolas, após terem organizado seus arquivos, possuem mais de um fundo. O segundo, também atividade intelectual, tem como objetivo ordenar dentro dos fundos já estabelecidos os documentos em suas unidades de instalação e séries. Trata-se de uma etapa que exige um detalhamento maior dos responsáveis pela organização.

Outros dois instrumentos de trabalho, que se somam às preocupações de avaliação e organização, são: a tabela de temporalidade e o termo de eliminação.

A tabela recupera as atividades-fim e meio da instituição que são organizadas intelectualmente no plano de classificação, como foi apresentado. Trata-se de “instrumento que agrupa as regras e prazos de conservação adotados por uma organização ou por um estado e que permite difundir-las, aplicá-las, administrá-las e controlá-las” (Couture & Rousseau, 1998, p. 45). Na Escola de Aplicação/FEUSP, a tabela de temporalidade foi organizada inicialmente pela comissão setorial do SAUSP designada para levantar as tipologias na escola e definir, segundo legislação estadual vigente, o prazo para cada uma. Nosso trabalho nesse arquivo incidiu, principalmente, em auxiliar nessas duas atividades.

O termo de eliminação é constituído por um “conjunto de informações obrigatórias que acompanham os documentos a serem eliminados, legitimando sua destruição” (Belloto & Camargo, 1996, p. 73).

Segundo Bernardes (1998), é elaborado no momento da avaliação dos documentos gerados e encontrados no arquivo cujas técnicas de

17. Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), “Fundo: unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras”.

seleção devem considerar não somente o conteúdo da informação, mas também sua natureza e forma.

Para além do valor de prova sobre a avaliação realizada no arquivo, esse documento também serve à pesquisa, pois nele são recuperadas informações sobre o que uma sociedade, segundo suas leis num dado período, preferiu conservar e o que ela entendeu que poderia ser eliminado.

Quanto aos instrumentos de pesquisa que podem ser elaborados, destaca-se, para o trabalho junto ao acervo escolar, a elaboração dos mais simples (guias e inventários) para os mais complexos (catálogos e normas de consulta). Na Escola de Aplicação, foram produzidos inventários e catálogos a partir do arquivo. As informações que compõem o inventário se relacionam a sua espécie e ao seu suporte, até informações mais específicas como: nome dos professores, diretores, finalidade, quando a tipologia deixa de existir, o motivo que levou ao seu desaparecimento, entre outros. Foi organizado, também, um catálogo de correspondências do primeiro período da Escola de Aplicação (1958-1972)¹⁸.

O terceiro questionamento relaciona-se à disponibilização das informações existentes na documentação consultada. Na ausência de critérios internos das escolas e de leis específicas para o acesso aos documentos, buscamos nas escolas onde desenvolvemos atividades a adoção de informações contidas no decreto n. 2.910, de 29 de dezembro de 1998. Esse documento estabelece normas para a salvaguarda de documentos de natureza sigilosa que assegura os direitos de privacidade de instituições e pessoas envolvidas.

No caso das escolas, tal medida se aplica apenas aos processos (prontuários) de alunos e professores e fichas de acompanhamento de alunos produzidas por coordenação pedagógica ou psicólogos. O decreto declara que todo documento de caráter sigiloso só poderá ser consultado pelo público com identificação, para fins de concessão de credencial, das pessoas interessadas, com ciência do responsável imediato. Na au-

18. Para maiores informações sobre o trabalho desenvolvido com as correspondências da Escola de Aplicação, ver: Silveira (2004).

sência do titular, o poder é transferido para algum membro da família, representado por procuração lavrada em cartório.

Considerações finais

Finalmente, a discussão anterior procurou expor experiências que resultaram do tratamento dos documentos de arquivos de escolas públicas de São Paulo no que se relaciona ao recolhimento sistemático de todo tipo de material dentro da escola que possa servir para as investigações; a organização do arquivo histórico escolar; e, por fim, o cuidado no acesso dessa informação.

No primeiro caso, ressaltar a importância da organização de centro de memória dentro da escola. Ele pode possuir o arquivo permanente/histórico da instituição de ensino por se tratar de significativo conjunto documental para a pesquisa institucional. A partir das preocupações com esse arquivo, a maioria das pesquisas realizadas ou em realização dentro das escolas públicas demonstra que surgiu a necessidade de recolhê-lo e nasceu, assim, a idéia de organizar um centro de memória escolar capaz de contemplar não somente os documentos administrativos e legais, mas também peças, quadros, mapas, cadernos de alunos e outros tipos documentais.

Pretendeu-se, com base na prática do historiador da educação atual preocupado com a localização e utilização de novas fontes documentais para a pesquisa historiográfica em educação, reafirmar a necessidade do diálogo constante com a museologia, arquivologia, biblioteconomia, buscando procedimentos básicos relacionados à conservação, organização e divulgação do arquivo escolar.

E finalmente, quanto à organização do arquivo permanente/histórico, reiterar que é preciso buscar, constantemente, informações sobre os cuidados com a divulgação de informações encontradas nos documentos, prestando atenção aos prazos de prescrição dos documentos previstos em lei, na divulgação de nomes que evidencie situações que relacionam pessoas e possam gerar constrangimento, a exposição de fatos escolares recentes sem a permissão da direção da escola, entre outros.

Referências Bibliográficas

BARLETA, J. M. *Materiais escolares: o lugar dos objetos no arquivo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

BELLOTO, Heloisa L.; CAMARGO, Ana Maria de. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros.: Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, D. G. HILSDORF, M. L. S. *Tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 241-252.

CHARTIER, A.-M. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e pesquisa*, São Paulo: FEUSP, vol. 26, n. 1, jan./jun. 2000.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CERTEAU, M. de *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Portugal: Publicações D. Quixote, 1998.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de aproximação. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-126.

FARGE, A. *La atracción del archivo*. Valencia: Institució Valenciana d'Estudis I Investigació/Edicions Alfons El Magnànim, 1991.

FELGUEIRAS, M. L. A história e os seus registros: o museu como registro. In: FERNANDES, R. FELGUEIRAS, M. L. (orgs.). *A escola primária: entre a imagem e a memória*. Porto: Gráficos Reunidos, 2000. p. 81-93.

HILSDORF, M. L. S. A série Ofícios Diversos do arquivo do estado de São Paulo como fonte para a história da educação brasileira. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. C. (orgs.). *A memória e a sombra*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001. p. 9-44.

KNAUSS, P. Entre normas e conflitos – o cotidiano escolar na documentação do arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 205-216.

MORAES, C. S. V.; ZAIA, I. B.; VENDRAMETO, M. C. Arquivos Escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *Pró-posições*, Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, v. 16, n. 1(46), jan./abr., 2005. p. 117-134.

MORAES, C. S. V.; ZAIA, I. B.; CARVALHO, M. M. C. de. O Centro de Memória da Educação (FEUSP): pesquisas e fontes documentais em História da Educação. In: FELGUEIRAS, M. L. (org.). *Memórias da escola – (re)viver a história e as estórias da escola primária em Gondomar*. Porto: Câmara de Gondomar (no prelo).

MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. (orgs.). *Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens* (álbum fotográfico). São Paulo: Centro Paula Souza, 2002a.

_____. *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002b.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVEIRA, T. B. de A. CACO: Catálogo de correspondências da Escola de Aplicação. In: ZAIA, I. B.; MOREIRA, M. C. *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. São Paulo: FEUSP, 2004.

UEHARA, K. A. Memo e a prática pedagógica: o desenvolvimento de um estágio no Centro de Memória da Escola de Aplicação. In: ZAIA, I. B.; MOREIRA, M. C. *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. São Paulo: FEUSP, 2004.

VIDAL, D. G. *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. São Paulo: CME-FEUSP, 2004.

_____. *O acervo escolar: organização e cuidados básicos*. São Paulo: CME-FEUSP, 2004. 81p.

ZAIA, I. B. *A história da educação em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado, 2003.

_____. *O acervo escolar: organização e cuidados básicos*. São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004. 81p.

_____.; MOREIRA, M. C. *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. São Paulo: FEUSP, 2004. 1 CD-ROM.

ZAIA, I. B.; OLIVEIRA, R. C. *Lugares de memória: parceria entre o Centro de Memória da Educação e o CEFAM Santo André*. São Paulo: CME-FEUSP, 2005.

Endereço para correspondência
Faculdade de Educação da USP
Centro de Memória da Educação
Av. da Universidade, 308 Bloco B – sala 40
CEP 05508-900
São Paulo - SP
iomar@usp.br

Recebido em: 01 set. 2005
Aprovado em: 10 dez. 2005